



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ANO: 2015

CUMPRINDO AS DISPOSIÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS, A ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS SUBMETE, À APRECIÇÃO DOS SENHORES ACIONISTAS, O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

1. INTRODUÇÃO

A Lei Estadual nº 5.680 de 17 de dezembro de 1992 autorizou o Estado da Paraíba, a criar a Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS. Em 30 de dezembro de 1994, esta empresa firmou com o Estado da Paraíba o Contrato de Concessão, recebendo a permissão para exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado da Paraíba por um período de 50 anos.

O início da operação da PBGÁS ocorreu em outubro de 1995, estando suas atividades reguladas através da Agência de Regulação do Estado da Paraíba - ARPB. A empresa efetivamente atua na exploração da atividade de distribuição de gás canalizado no Estado da Paraíba, conforme a lei nº 9.493/94, e desde então vem contribuindo para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do Estado.

Em sua formação inicial, a empresa teve a representação do Governo do Estado da Paraíba – acionista controlador, através da Secretaria de Infraestrutura, bem como de dois acionistas no cenário nacional: a Petróleo Gás S/A - GASPETRO controlada da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, que vem atuando desde 1994 no mercado brasileiro de distribuição de gás natural, e ainda a Gás Participações – GASPART, que atuou nos mercados de distribuição de gás natural das regiões Sul e Nordeste até 2006. No ano de 2006, a Mitsui Co., empresa japonesa, inicia investimentos no segmento de distribuição de gás natural no Brasil adquirindo o controle da GASPART. Ainda em 2006, a razão social da GASPART muda para Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

Desde a sua criação, investindo na utilização da energia mais limpa de origem fóssil, a PBGÁS vem desenvolvendo ações para implantar a infraestrutura básica necessária ao desenvolvimento de seus serviços, realizando todos os estudos técnicos e de mercado necessários à garantia das melhores condições operacionais e de segurança de fornecimento do gás natural aos seus clientes, dos segmentos industrial, automotivo, residencial e comercial em estreita sintonia com as questões socioambientais e seus resultados econômico-financeiros.

Atualmente, a Companhia concentra esforços na diversificação de seu mercado – destaque especial para o segmento residencial e comercial, geração distribuída e na implantação de um modelo de gestão empresarial que garanta à PBGÁS uma posição de destaque no cenário nacional.

2. PRINCIPAIS RESULTADOS

O ano de 2015 foi desafiador para a PBGÁS, devido à retração sofrida em seu mercado, intensificada pela crise nacional, resultando em um decréscimo no volume comercializado, em relação ao ano de 2014, de 9,98% a menos, ocasionando uma perda no volume comercializado de 33.922 mil m³/dia. Este declínio foi provocado principalmente, pela queda de consumo de grandes empresas no setor industrial, as quais também foram afetados pela crise econômica.

No segmento de varejo (residencial e comercial) observou-se um crescimento de 21,9% no volume comercializado no setor em relação ao ano de 2014, desempenho justificado principalmente pelo número de novas ligações residenciais, 70,3% em relação a 2014. Conquistamos em 2015, 2.184 novos clientes do seguimento Residencial, sendo 481 unidades em Campina Grande e 1.703 em João Pessoa.

No setor Comercial, conquistamos 31 novos clientes, número abaixo do orçado devido a previsão de ligação do Shopping Partage em Campina Grande, que não foi confirmada no ano de 2015.

No seguimento de Gás Natural Veicular, dois tipos de ações para estimular o crescimento do setor foram desenvolvidos. Continuamos com a campanha de incentivo às conversões e uma grande campanha de marketing foi realizada com o objetivo de elevar a frota de veículos utilizando o Gás natural como combustível. Estas ações resultaram na manutenção do volume comercializado verificado no mercado automotivo em 2015.

Iniciamos neste último ano, um plano de ação para o desenvolvimento do Seguimento de Geração Distribuída, viabilizado pelo alto custo da energia elétrica. Baseando-

se em um cenário potencial, o segmento possibilita um acréscimo no volume comercializado de 30.000m³/dia até o ano de 2017.

Paralelamente, a Companhia continuou avançando na busca da Excelência Empresarial e no disciplinamento de seus custos a fim de garantir a geração de resultado e continuou o desenvolvimento de projetos visando à melhoria dos processos internos e aumento da produtividade. Foram realizados 2 Fóruns de melhorias e Criada a Comissão de Melhorias PBGÁS com o objetivo de mapear e melhorar a gestão e processos da empresa.

2.1 DADOS DE MERCADO – VENDAS E BASE DE CLIENTES

O mercado total da Companhia em 2015 apresenta um consumo médio de 305 mil m³/dia. Em termos de volume, seu mercado encontra-se segmentado da seguinte forma: Industrial 70,4%, EBVA 0,3%, Automotivo GNV 25,6%, Automotivo GNC 1,8%, Comercial 1,1% e Residencial 0,75%.

O volume médio diário comercializado foi 9,98% inferior ao verificado em 2014, como reflexo da queda no consumo do segmento industrial, e a discreta queda no volume comercializado no setor automotivo de 4,2% quando comparado a 2014.

Embora os segmentos residencial e comercial tenham apresentado crescimentos expressivos de 28,9% e 17,46%, respectivamente, ao longo do ano, seus volumes não foram capazes de influenciar, de modo expressivo, a variação no total comercializado pela Companhia, dada sua participação no mix.

O mercado da PBGÁS está distribuído geograficamente por 14 municípios atendidos, finalizando 2015 com uma base de 10.229 clientes, sendo sua grande maioria na cidade de João Pessoa, 9.685 clientes, como constatado na tabela 1, abaixo:

Tabela 1 – Municípios Atendidos em 2015

MUNICÍPIO	RES.	COM.	IND.	GNV/GNC	TOTAL
Alhandra	0	0	1	2	3
Bayeux	0	0	3	6	9
Cabedelo	0	0	1	3	4
Caldas Brandão	0	0	0	1	1
Campina Grande	497	3	9	5	514
Conde	0	0	2	0	2
Guarabira	0	0	0	1	1
Ingá	0	0	1	0	1
João Pessoa	9.493	162	17	13	9.685
Mamanguape	0	0	0	2	2
Patos	0	0	0	1	1
Queimadas	0	0	1	1	2
Remígio	0	0	0	1	1
Santa Rita	0	0	1	2	3
TOTAL GERAL	9.990	165	36	38	10.229

2.1.1 SEGMENTO INDUSTRIAL

Respondendo por 70,7% do volume comercializado, o segmento industrial continua sendo o principal mercado consumidor no Estado da Paraíba.

O segmento industrial, com média de consumo de 216 mil m³/dia em 2015, concentra-se na Grande João Pessoa tendo 24 clientes na região correspondendo a 90,54% do volume diário comercializado no segmento. O restante, na cidade de Campina Grande, com 12 clientes consumindo 9,46% do gás industrial comercializado.

Em 2015 o segmento apresentou queda de 12,6% em relação a 2014, devido às questões de mercado, principalmente, pela competição com os produtos chineses, a estagnação da economia no País, resultando em redução na produção industrial e, conseqüentemente, uma diminuição no consumo de combustíveis. Ainda contribuiu para o decréscimo de comercialização em 2015, o fato de alguns clientes previstos em orçamento não assinarem contrato com a PBGÁS.

2.1.2 SEGMENTO AUTOMOTIVO

A distribuição do gás natural para o segmento automotivo na Paraíba está presente em pontos estrategicamente localizados, visando atender as regiões do Estado, totalizando 13 municípios.

Em 2015, as vendas para esse segmento atingiram a média de 83.835 mil m³/dia, 4,2% a menos que no ano de 2014, o volume comercializado está concentrado, na Grande João Pessoa, com 27 postos representando 62% do volume vendido para este segmento. Em Campina

Grande, atualmente com 7 postos oferecendo o produto, o volume comercializado é da ordem de 16,5% do total. Um posto em Caldas Brandão (Cajá), município localizado entre as cidades de João Pessoa e Campina Grande, com 3,6% e 3 postos de GNC nos municípios de Remígio, Patos e Guarabira que juntos representam 6,9% do volume total de gás comercializado no segmento.

Tabela 2 - Participação por região do volume comercializado no GNV/GNC.

SEGMENTO AUTOMOTIVO	PARTICIPAÇÃO POR REGIÃO DO VOLUME COMERCIALIZADO (%)
GNV João Pessoa	62.00%
GNV Campina Grande	16.72%
GNV Cajá	3.62%
GNV Mamanguape	7.13%
GNV Alhandra (Posto SW + Posto Serra IV)	3.58%
GNC Guarabira	3.26%
GNC Patos	2.32%
GNC Remígio	1.34%

Comparando-se com os anos de 2013 e 2014, observou-se, em 2015, um resultado positivo das ações de marketing voltadas à desaceleração da queda e estabilidade das vendas para este segmento, em especial devido a campanha de incentivo a conversões, desenvolvida pela PBGÁS.

A perspectiva é de que este segmento apresente uma gradativa recuperação no Estado da Paraíba em virtude da previsão de continuidade do programa de incentivo para os clientes do segmento automotivo, bem como, em virtude da melhoria da competitividade, quando comparado com os seus concorrentes diretos.

2.1.3 SEGMENTOS RESIDENCIAL E COMERCIAL

A PBGÁS continua com seu principal projeto de adensamento do segmento residencial e comercial em João Pessoa, assim como a implantação do projeto residencial e comercial na cidade de Campina Grande, denominado projeto Borborema, e vem intensificando e ampliando o número de clientes nestes segmentos. Ao término do exercício haviam sido interligadas 2.184 novas unidades residenciais, sendo, 481 unidades em Campina Grande e 1.703 em João Pessoa, chegando no final de 2015 com um total de 9.990 UIA's (Unidade Imobiliária Autônoma).

Neste segmento de varejo, observou-se um crescimento de 21,9% no volume de gás comercializado no setor em relação ao ano de 2014, desempenho justificado principalmente pelo número de novas ligações residenciais, 70,3% a mais que em 2014.

2015 foi um ano importante para o segmento, pois a empresa elaborou um plano de expansão mais enérgico e modificou o direcionamento estratégico para o setor residencial, tendo nos próximos anos o segmento residencial e comercial uma prioridade estratégica para a companhia.

Já no segmento comercial, foram conquistados 31 novos clientes, número abaixo do orçado devido a previsão de ligação do Shopping Partage em Campina Grande, que não foi confirmada no ano de 2015. Fechamos o ano com 165 clientes no segmento, sendo sua grande maioria na cidade de João Pessoa.

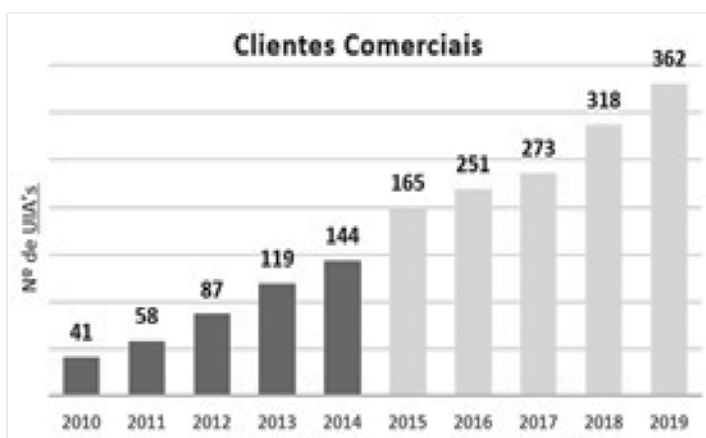
A seguir, apresentamos a evolução do número de ligações realizadas pela PBGÁS no período 2010 a 2014, o que demonstra o esforço desenvolvido pela Companhia para expansão desses mercados, conforme os Gráficos 3 e 4.

Gráficos 1 e 2 – Evolução de clientes nos mercados residencial/comercial





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014



2.2 Investimentos Realizado 2015

No acumulado do ano, foi realizado 64,1% do investimento previsto no orçamento, ou seja, dos R\$ 9.366,6 mil orçados para o período, foram investidos R\$ 6.006,7 milhões em 2015, acumulando uma diferença de R\$ 3,3 milhões.

Os R\$ 6 milhões foram assim distribuídos:

- Investimentos na rede de distribuição: R\$ 5,83 milhões, sendo na sua grande maioria em Saturação e Adensamento (3,24 milhões);
- Investimentos em Gestão envolvendo, Software e Hardware, Móveis e utensílios, sistema integrado de gestão somaram R\$ 172 mil

Até 2015 o sistema de distribuição totalizou 305,33km, dos quais 240,37km é rede em aço e os 64,95 km restantes, rede em Polietileno (PEAD), para atendimento a média e baixa pressão. (Dados demonstrados na Tabela 3)

Tabela 3 – Extensão de Rede (em km)

Principais Magnitudes	2008 2009 2010 2011			
	Extensão de Rede (Km)	247	248	252
PEAD	15	15	19	35
Aço	232	233	233	233

2012	2013	2014	Orçto. 2015	MPA 2015	Acumul. Até dez/15
279	282	294	306	305	305,334
42	45	55	65	65	64,959
237	237	240	241	240	240,375

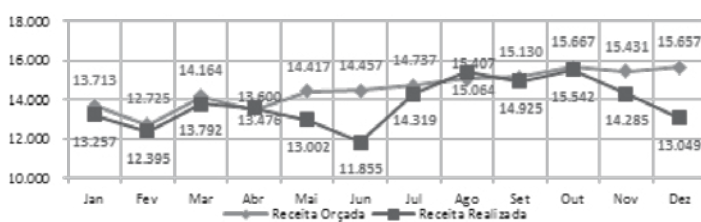
2.3 Resultados Econômico-financeiros

O ano de 2015 foi marcado por turbulências no cenário econômico nacional que impactaram o desempenho operacional da PBGÁS e seus resultados econômico financeiros. A redução do nível de atividade econômica da indústria influenciou o consumo de gás natural dos principais clientes da Companhia, que encerrou o ano com a realização de um volume de vendas 10% inferior ao realizado em 2014, apesar dos esforços comerciais.

A receita bruta da Companhia fechou 2015 em R\$ 165.428 mil, abaixo da orçada em 5,3%, representando redução de 1% na comparação com o ano anterior. O Gráfico 5 a seguir mostra a evolução da receita bruta mensal realizada ao longo de 2015 em relação aos níveis orçados, onde

se verificou os piores desempenhos nos meses de junho e dezembro, reflexo de paradas programadas e férias coletivas realizadas pelos maiores clientes.

Gráfico 3 – Variação da receita bruta, 2015



A margem de contribuição realizada no exercício totalizou R\$ 31.797 mil, número 10,8% abaixo da previsão orçamentária e 7% inferior a 2014, cuja redução foi amenizada pela aplicação, no mês de junho, do reajuste da margem regulatória de R\$ 0,2693/m³ para R\$ 0,2889/m³, conforme aprovado pela Agência de Regulação no final de 2014.

Mesmo impulsionado pelo resultado financeiro e por outras receitas operacionais, o lucro líquido no exercício, que alcançou o montante de R\$ 5.655 mil, significando uma lucratividade de 4,7% sobre a Receita Operacional Líquida, ficou 15,5% aquém da previsão orçamentária, representando uma retração de 29,3% em relação ao realizado em 2014.

Apesar dos resultados econômico financeiros desfavoráveis, a Companhia investiu, ao longo do ano, o montante de R\$ 6.007 mil, dos quais 97,1% foi aplicado na expansão e saturação de sua rede de distribuição.

Tabela 4 – Evolução dos principais indicadores econômicos

Indicadores econômicos e financeiros		2010
Receita Bruta, R\$ mil		166.454
Índice Crescimento da Receita, %		14,35%
Receita Líquida, R\$ mil		121.659
Índice Crescimento da Receita, %		13,96%
Margem de Contribuição, R\$ mil		33.600
Margem de Contribuição / Receita Líquida, %		20,19%
Investimentos, R\$ mil		1.879
Índice de Crescimento dos Investimentos, %		17,00%

	2011	2012	2013	2014	2015
Receita Bruta, R\$ mil	160.539	163.584	163.938	167.066	165.428
Índice Crescimento da Receita, %	-3,55%	1,90%	0,22%	1,91%	-0,98%
Receita Líquida, R\$ mil	117.821	120.280	120.680	122.850	120.214
Índice Crescimento da Receita, %	-3,15%	2,09%	0,33%	1,80%	-2,15%
Margem de Contribuição, R\$ mil	32.088	29.186	32.689	34.200	31.797
Margem de Contribuição / Receita Líquida, %	19,99%	17,84%	19,94%	20,47%	-7,03%
Investimentos, R\$ mil	10.848	7.327	4.642	8.456	6.007
Índice de Crescimento dos Investimentos, %	477,50%	-32,50%	-36,60%	82,20%	-28,96%

3. GESTÃO DE PESSOAS

Consciente do papel estratégico desempenhado pelo Capital Humano na organização, a PBGÁS vem investindo, sistematicamente, na qualificação de seus profissionais através de investimentos em cursos e seminários, além de visitas técnicas, cujo desembolso foi superior a R\$

150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

A empresa vem, igualmente, atuando no aprimoramento dos benefícios concedidos a seus empregados. Promoveu a Celebração do Aditamento ao 2º Acordo Coletivo de Trabalho, com intermediação do Sindicato STIUPB, com negociação de Cláusulas econômicas; implementou a Instrução Normativa de Gestão do Desempenho e a Instrução Normativa de Movimentação e transferência de Pessoal com a finalidade de aprimorar seus processos de gestão de pessoas.

A Companhia entende que um componente primordial no seu desenvolvimento e na conquista da Excelência Empresarial, são as pessoas que compõem seu diferencial competitivo para posicionamento estratégico no mercado, conforme sua Visão 2015. Por isso atua sempre para que seu corpo de empregados se integrem cada vez mais ao desenvolvimento do negócio.

4. PERSPECTIVAS PARA 2016

Para 2016, as principais metas da Companhia são:

- Comercializar 305 mil m³/dia de gás natural;
- Atingir a marca de 11.913 unidades residenciais e 216 unidades comerciais interligadas na cidade de João Pessoa e Campina Grande;
- Incorporar 2 (dois) novos clientes industriais à Carteira de Clientes da Companhia;
- Implementar o Portal de Governança da PBGÁS;
- Implantar a agência virtual PBGÁS
- Atualização e melhorias no sistema de atendimento ao cliente (SAC)
- Realizar investimentos orçados em R\$ 8,9 milhões;
- Atingir um Lucro Líquido de R\$ 5,6 milhões.

A PBGÁS projetou crescimento negativo para 2016, e a queda do volume esperada em relação a 2015 é justificada pela diminuição de consumo dos clientes no segmento industrial, em função do cenário econômico desfavorável. A Companhia espera uma recuperação dos volumes de vendas para o segmento industrial a partir de 2017, estendendo-se até o ano de 2020, sendo o ano de 2016 repleto de desafios para a Companhia, sobretudo no que diz respeito à estruturação das bases voltadas para ampliar a sua participação no mercado, tendo, em seu Plano Plurianual de Negócios - Horizonte 2020, estabelecidas diretrizes capazes de permitir o desenvolvimento em bases sustentáveis, bem como garantir o pleno cumprimento de sua Missão: "Comercializar e distribuir gás canalizado no Estado com qualidade, segurança, sustentabilidade e inovação, criando valor para a sociedade, clientes e acionistas, contribuindo para o desenvolvimento da Paraíba".

George Ventura Morais - Diretor Presidente

Carlos Augusto de Vasconcelos - Diretor Técnico Comercial; e
David dos Santos Mouta - Diretor Administrativo Financeiro.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - Em milhares de reais

Ativos	Notas	Reclassificado		Passivos	Notas		
		31/12/2015	31/12/2014			31/12/2015	31/12/2014
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	8	15.023	17.396	Fornecedores	13 e 20	6.413	6.211
Contas a receber de clientes	9	6.105	6.484	Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	14	1.467	1.466
Contas a receber de parte relacionadas	9 e 20	550	555	Tributos a pagar		772	441
Estoques		2.535	1.622	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	16 e 20	2.173	2.470
Tributos a recuperar	10	3.631	1.911	Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	17	73	200
Despesa antecipadas		291	347	Outros passivos	15	1.877	681
Outros ativos		162	362				
Total dos ativos circulantes		28.297	28.677	Total dos passivos circulantes		12.776	11.469
Não circulantes				Não circulantes			
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	1 e 20	9.972	6.380	Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	17	2.061	1.237
Tributos a recuperar		-	9	Provisão para Contingências	18	681	951
Depósitos judiciais		188	953	Outros passivos	15	115	241
Outros ativos		991	329				
Total do realizável a longo prazo		11.151	7.671	Total dos passivos não circulantes		2.857	2.429
Intangível	12	37.322	39.509	Patrimônio líquido	19	53.089	51.974
Total dos ativos não circulantes		48.473	47.180	Capital social		5.737	5.990
				Reserva de lucro		2.311	3.995
				Dividendos adicionais propostos			
Total dos ativos		76.770	75.857	Total do patrimônio líquido		61.137	61.959
				Total do patrimônio líquido e passivos		76.770	75.857



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

DEMONSTRAÇÕES DE PATRIMÔNIO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de lucros		Dividendo adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Reserva Legal	Incentivos fiscais			
Saldos em 01 de janeiro de 2014	50.824	4.458	1.150	3.673	-	60.105
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção SUDENE	1.150	-	(1.150)	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	(3.673)	-	(3.673)
Distribuição de reserva de lucro	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.349	8.349
Destinação do Lucro Líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	417	-	-	(417)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	1.115	-	(1.115)	-
Complemento de Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	3.995	(3.995)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(2.822)	(2.822)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	51.974	4.875	1.115	3.995	-	61.959
Saldos em 31 de dezembro de 2015	53.089	5.158	578	2.311	-	61.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE VALORES ADICIONADOS

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas	174.359	168.438
Vendas de produtos e serviços	171.434	167.066
Outras receitas	2.925	1.372
Insumos adquiridos de terceiros	(102.981)	(95.513)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(89.691)	(88.650)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(13.290)	(6.863)
Valor adicionado bruto	71.378	72.925
Amortização	(7.987)	(8.762)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	63.391	64.163
Valor adicionado recebido em transferência	2.714	2.101
Receitas financeiras	2.714	2.101
Valor adicionado total a distribuir	66.105	66.264
Distribuição do valor adicionado	66.105	66.264
Pessoal:	11.366	10.352
Remuneração direta	8.595	7.959
Benefícios	2.138	1.852
FGTS	634	541
Impostos, taxas e contribuições:	47.912	46.412
Federais	17.980	17.630
Estaduais	29.925	28.775
Municipais	7	7
Remuneração de capitais de terceiros:	1.172	1.151
Juros	111	142
Aluguéis	1.061	1.009
Remuneração de capitais próprios:	5.655	8.349
Juros sobre capital próprio	2.483	2.822
Dividendos	2.311	3.995
Lucros retidos	861	1.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.655	8.349
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício		
Amortização	8.581	8.762
Reversão contingência trabalhista	(270)	-
	13.966	17.111
(Aumento) Redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	379	688
Contas a receber de parte relacionadas	5	(125)
Estoques	(913)	390
Tributos a recuperar	(1.720)	(1.588)
Despesas antecipadas	56	(178)
Outros ativos	200	(193)
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	(3.592)	(358)
Realizáveis a longo prazo	112	615
Aumento (Redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	202	(597)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar	1	159
Tributos a pagar	22	(387)
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	697	(32)
Outros passivos	1.196	65
Outros não circulante	(126)	776
Caixa proveniente das operações	10.485	16.346
Caixa líquido proveniente gerado pelas atividades operacionais	10.485	16.346
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(6.393)	(7.225)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimento	(6.393)	(7.225)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(3.995)	(4.897)
Juros capital próprio pagos	(2.470)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(6.465)	(4.897)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.373)	4.224
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	17.396	13.172
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	15.023	17.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE R. ABRANGENTES

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	5.655	8.349
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	5.655	8.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

	Notas	31/12/2015	Reclassificado 31/12/2014
Receita líquida - Venda de Gás e Serviços	21	120.214	122.850
Receita de Construção (CPC 30 - ICPC 01)		6.007	8.456
		<u>126.221</u>	<u>131.306</u>
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22	(103.572)	(103.629)
Custo de Construção (CPC 17 - ICPC 01)		(6.007)	(8.456)
		<u>(109.579)</u>	<u>(112.085)</u>
Lucro bruto		16.642	19.221
Receitas (Despesas) operacionais		(13.035)	(11.791)
Despesas comerciais		(1.429)	(836)
Despesas gerais e administrativas	23	(12.044)	(11.487)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		438	532
		<u>3.607</u>	<u>7.430</u>
Lucro antes do resultado financeiro		3.607	7.430
Receitas financeiras	24	2.714	2.101
Despesas financeiras	24	(111)	(142)
		<u>6.210</u>	<u>9.389</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		6.210	9.389
Imposto de renda	25	(813)	(1.559)
Incentivo fiscal Sudene	25	378	1.115
Contribuição social	25	(320)	(596)
		<u>5.655</u>	<u>8.349</u>
Lucro líquido do exercício		5.655	8.349
Lucro por ação	26	3,75	5,64

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

(Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 25 de outubro de 1994, a Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS é uma sociedade por ações de economia mista, tendo por objeto social promover a produção, a aquisição, o armazenamento, o transporte e a distribuição de gás combustível e a prestação de serviços correlatos no Estado da Paraíba, conforme estabelece a Lei Estadual nº 5.680, de 17 de dezembro de 1992, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do art. 25 da Constituição Federal.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado da Paraíba, conforme contrato de concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado assinado entre o Estado da Paraíba e a Companhia no dia 30 de dezembro de 1994.

A ARPB (Agência de Regulação do Estado da Paraíba) tem por finalidade regular, controlar e fiscalizar serviços públicos de competência do Estado da Paraíba, sempre com o objetivo de preservar o interesse público e o equilíbrio das relações entre os consumidores e os concessionários, permissionários ou autorizados de serviços públicos no Estado.

Ao término do contrato, ocorrerá a reversão ao poder concedente dos bens e das instalações vinculados aos serviços, procedendo-se aos levantamentos, às avaliações e à determinação do valor de indenização à Companhia, observando-se os valores e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

2 BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pela Lei nº 11.941 de 2 de maio de 2009 e demais Normas, Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Detalhes sobre as práticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
Nota Explicativa nº 12 - Intangível (Contratos de concessão

- determinação dos bens sujeitos a concessão).
Notas Explicativas nº 21 e 22 - Receita e Custo (Serviços de construção - classificação da receita e custo de construção) Incertezas sobre premissas e estimativas
As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material para o período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 9 - Contas a receber de clientes (Provisão para crédito de liquidação duvidosa)
Nota Explicativa nº 12 - Intangível (Valor recuperável do ativo e Amortização).
Nota Explicativa nº 18 - Provisões para contingências.
Nota Explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros.
Mensuração do valor justo
Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando esta transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: recebíveis e aplicações financeiras.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis

(encargos, juros e multas, se houver).

Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos a receber.

Caixa e equivalentes de caixa
Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

Passivos financeiros não derivativos
Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital social

Ações ordinárias
Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

Ações preferenciais
O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem a preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições dentro do patrimônio líquido na sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização a receber de clientes, reconhecidos pelo regime de competência, e estão refletidas pelo valor presente. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

d. Estoques

Os estoques de almoxarifado representam materiais e peças para alocação em investimentos e manutenção de suas atividades, refletindo o plano de negócios da Companhia para os períodos e exercícios seguintes, avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os preços de mercado. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

e. Intangível

Contrato de Concessão
Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a.,



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão.

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba um Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado. Segundo esse contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a margem a ser aplicada na tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.

Ainda segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis (infraestrutura) ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via margem de distribuição, dentro do prazo da Concessão, num prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico.

A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, porque: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite a manutenção do equilíbrio entre a receita e os custos da atividade.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis e, consequentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da Companhia.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores (ativo financeiro) ao término da concessão.

Contratos de construção

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Outros ativos intangíveis (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 12.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

f. Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

As provisões e possíveis baixas contábeis são previstas no orçamento anual seguindo os dispositivos contidos na Lei 13.097/15 - Artigo 8º, tornando assim, o processo de evidenciação de perdas mais claro e objetivo.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, que não os estoques e o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou a unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos — Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h. Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, registrado como outras receitas quanto a subvenção se torna recebível, confrontada com as despesas que se pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. Conforme nota explicativa 25 a Companhia possui incentivo fiscal SUDENE.

i. Receitas e custos operacionais

Venda de gás

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade

dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda, beneficiamento e distribuição de gás.

Contratos de construção

As receitas e os custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, foram reconhecidos conforme o NBC TG 30 - Receitas e o NBC TG 17 - Contratos de Concessão, como receita e custo operacional.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (CDI) e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Compreendem ainda descontos obtidos, juros e multa de clientes. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, descontos concedidos, juros e multas.

k. Tributação

i. Impostos e contribuições sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente apurados com base no lucro real são calculados nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, conforme legislação em vigor.

ii. Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda a substituição tributária do ICMS, pela alíquota de 17%.

Esses tributos são apresentados como contas redutoras das receitas de vendas, vide nota explicativa nº 21.

l. Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii. Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.

As contribuições, para um plano de contribuição definida, cujos vencimentos são maiores que 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos a partir dos saldos das contas.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal
- Aposentadoria antecipada
- Aposentadoria por invalidez
- Pensão por morte e
- Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

m. Reclassificação de exercício anterior

i. Balanço Patrimonial

A Companhia reclassificou a conta Créditos nas operações de venda e aquisição de gás do ativo circulante para o não circulante por avaliar que a recuperação se dará por prazo maior que doze meses, recuperação esta, quando a PBGÁS consumir volumes superiores ao mínimo exigido conforme contrato.

ii. Demonstração do Resultado do Exercício

A Companhia reclassificou a reversão dos juros sobre capital próprio no ano de 2014, apresentada anteriormente na última linha da demonstração do resultado, para a rubrica de despesas financeiras no grupo de resultado financeiro, com o intuito de neutralizar o efeito das despesas com juros sobre capital próprio, contabilizados como tal, conforme determina a Lei 9.249/95 e seguindo a apresentação conforme orientação da deliberação CVM nº 207/96.

7 GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de taxa de juros
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração, o gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por esta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração e revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Esta, através de suas normas e seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos captados (aplicados) no mercado. A Companhia considera sua exposição de risco baixa, em função de suas aplicações financeiras serem remuneradas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que reflete as oscilações do mercado financeiro e, quanto a sofrer perdas, a Companhia informa que não possui passivos indexados às taxas de juros de mercado.

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro ou de um cliente na falha em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de contas a receber de clientes.

Para atenuar ou mesmo mitigar este risco, a Companhia segue a política corporativa aprovada por seus acionistas que especifica os procedimentos que ditam como e onde devem ser alocadas suas disponibilidades de caixa, bem como a forma de gerenciamento da carteira. Portanto, a Companhia realiza suas aplicações financeiras em instituições notoriamente sólidas que operam no mercado brasileiro e que tenham, em média, patrimônio líquido acima de R\$ 40 bilhões.

Quanto ao gerenciamento de risco de crédito de clientes, a Companhia tem seguido as Instruções Normativas aprovadas pelos acionistas que tratam da inadimplência e da avaliação de crédito de sua carteira de usuários. Para clientes com perfil de consumo a partir de 1.000 m³ diários, os contratos de fornecimento firmados possuem cláusula de obrigatoriedade de garantia contratual, em geral nas modalidades fiança, caução ou aval.

Com uma postura preventiva, a Companhia periodicamente monitora, no âmbito do crédito e de mercado, sua carteira de clientes cativos, a fim de mitigar situações de default. Atualmente, utiliza-se de produtos ofertados pela Serasa Experian para prevenção e protesto de títulos em cartório para dar maior celeridade na recuperação de créditos. A judicialização de cobranças é usada nos casos em que foram expirados todos os meios e prazos regulamentares de negociação administrativa.

Risco de liquidez

A Companhia adota postura conservadora no gerenciamento da liquidez corrente, buscando preservar um caixa razoavelmente equilibrado, a fim de cumprir com suas obrigações de curto prazo com os seus fornecedores. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, ao máximo, a capacidade de pagamento dentro dos prazos contratados, visando sempre a um horizonte de boa reputação no mercado, garantindo, pois, preços justos e competitivos dos seus parceiros comerciais.

A Companhia faz o acompanhamento contínuo de seu fluxo de caixa, usando-o como ferramenta de gestão operacional (curto prazo) e gestão estratégica (médio e longo prazos). Desta forma, há uma maior e melhor previsibilidade de disponibilidades a fim de realizar procedimentos e contramedidas nos momentos de sobre ou escassez de capital financeiro em conta movimento. Caso haja o descasamento no seu ciclo operacional de contas a pagar/receber, a Companhia poderá lançar mão de resgates de suas aplicações financeiras, uma vez que todas são de liquidez diária. Em possibilidades extremas, vislumbradas nas projeções de fluxo de caixa, a Companhia poderá se valer de fontes alternativas de capitalização junto a instituições financeiras com as quais possui relacionamento ou financiamento por parte dos sócios.

8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa - fundo fixo	8	3
Bancos - conta movimento	209	118
Aplicações financeiras	14.816	17.281
Caixa e equivalentes de caixa	15.033	17.402
Valores em trânsito	(10)	(6)
Caixa e equivalentes de caixa na Demonstração de fluxos de caixa	15.023	17.396

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo de alta liquidez, podendo ser resgatados a qualquer tempo.

Os valores aplicados estão demonstrados ao custo de aplicação e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O percentual médio de rendimento findo em 31 de dezembro de 2015 girou em torno de 100% do CDI diário, sendo este o benchmark a ser atingido nas disponibilidades de capital aplicadas no mercado financeiro.

9 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PARTES RELACIONADAS

	31/12/2015	31/12/2014
Segmento automotivo	1.900	1.494
Segmento industrial	3.665	4.919
Segmento comercial	328	209
Segmento residencial	212	123
Subtotal	6.105	6.745
Provisão crédito de liquidação duvidosa	-	(261)
Contas a receber de clientes	6.105	6.484
Segmento automotivo - partes relacionadas	550	555
Contas a receber de clientes partes relacionadas	550	555

A. Por vencimento

	31/12/2015	31/12/2014
A vencer		
1 a 30 dias	6.446	6.437
Vencidos		
31 a 60 dias	125	598
61 a 90 dias	16	4
Acima de 90 dias	68	261
	209	863
Contas a receber de clientes	6.655	7.300

A Companhia entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 209 (R\$ 863 em 31/12/2014) que representa os títulos vencidos acima de 90 dias.

b. Critérios de mensuração da provisão (impairment)

O critério que a Companhia adota para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é baseada na análise individual do saldo de cada cliente. Esta provisão deverá ser realizada para cobrir as perdas estimadas na cobrança do "contas a receber de clientes", constituídas em montantes julgados suficientes. Para o ano de 2015 não foi constituída provisão em razão dos critérios adotados pela Companhia embasarem a tal prática.

10 TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2015	31/12/2014
IRRF	424	226
IRPJ Estimativa	995	794
IRPJ Saldo Negativo	1.159	-
CSLL Estimativa	380	565
CSLL Saldo Negativo	652	-
PIS	-	42
COFINS	-	194
ICMS	21	90
	3.631	1.911

11 CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E AQUISIÇÃO DE GÁS

	31/12/2015	31/12/2014
Crédito nas operações de aquisição de gás (a)	9.972	6.380
	9.972	6.380

(a) Corresponde ao gás pago e não retirado. Ocorre a operação take-or-pay quando a aquisição garantida de gás através de contrato não é alcançada. A Petrobras emite nota de débito contendo o volume restante para se alcançar a quantidade mínima contratual, e a Companhia realiza o pagamento, cuja recuperação dar-se-á sempre no momento em que a PBGÁS consumir volumes superiores ao mínimo exigido em contrato.

Desta forma, a Companhia registra um ativo decorrente desse take-or-pay e desconta em faturas posteriores a serem pagas à Petrobras. O valor ativado sofre variação sempre que houver alteração no preço do gás no produtor.

12 INTANGÍVEL

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba, Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Segundo o contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativo intangível, todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis (infraestrutura) ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via tarifa, num prazo de dez anos, dentro do período da Concessão, conforme estipulado no contrato.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores ao término da concessão.

a. Composição



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Terrenos	304	-	304	304	-	304
Móveis e utensílios	1.044	(562)	482	1.014	(465)	549
Hardware	1.777	(998)	779	1.777	(864)	913
Gasodutos	70.020	(52.418)	17.602	66.387	(46.387)	20.000
Ramais	32.180	(23.420)	8.760	31.769	(21.383)	10.386
Outros	2.342	(1.658)	684	2.317	(1.475)	842
Intangível em formação (*)	7.638	-	7.638	5.343	-	5.343
Intangível concessão	115.305	(79.056)	36.249	108.911	(70.574)	38.337
Direitos de uso de softwares	1.807	(734)	1.073	1.807	(635)	1.172
Total	117.112	(79.790)	37.322	110.718	(71.209)	39.509

(*) A conta "Intangível em formação" refere-se aos investimentos realizados pela Companhia na expansão dos seus gasodutos, ainda em fase de construção.

b. Movimentação

	Taxa de Amortização % a.a.	31/12/2015				31/12/2014			
		Saldo inicial	Adições (**)	Transferência	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Transferência	Saldo final
Contratos de concessões									
Custo		108.911	6.399	(5)	115.305	102.483	8.072	(1.644)	108.911
Amortização	10	(70.574)	(8.482)	-	(79.056)	(61.887)	(8.687)	-	(70.574)
		<u>38.337</u>	<u>(2.083)</u>	<u>(5)</u>	<u>36.249</u>	<u>40.596</u>	<u>(615)</u>	<u>(1.644)</u>	<u>38.337</u>
Softwares e direitos de uso									
Custo		1.807	-	-	1.807	1.010	-	797	1.807
Amortização	10	(635)	(99)	-	(734)	(560)	(75)	-	(635)
		<u>1.172</u>	<u>(99)</u>	<u>-</u>	<u>1.073</u>	<u>450</u>	<u>(75)</u>	<u>797</u>	<u>1.172</u>
Total do intangível		<u>39.509</u>	<u>(2.182)</u>	<u>(5)</u>	<u>37.322</u>	<u>41.046</u>	<u>(690)</u>	<u>(847)</u>	<u>39.509</u>

(**) Os valores transferidos no exercício correspondem a transferências de materiais da conta "Almoxarifado - Obras em andamento" no ativo circulante - referente a materiais para as diversas contas existentes na subclasse "Obras em andamento" no intangível.

Foi apropriado como despesa com amortização no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 8.581 (R\$ 8.762 em 31/12/2014) e o total de adições no exercício líquido das transferências que afetou caixa foi de R\$ 6.393 (R\$ 7.225 em 31/12/2014).

13 FORNECEDORES

	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedor de gás - Petrobras (nota 20)	4.896	5.105
Fornecedores de materiais e serviços	1.517	1.106
Total	6.413	6.211

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, as quais são classificadas como passivos circulantes.

15 OUTROS PASSIVOS

	31/12/2015	31/12/2014
Parcelamento Fiscal	115	230
Penalidade Contratual	1.660	425
Outros passivos	102	26
Total circulante	1.877	681

16 DIVIDENDOS E JSCP A PAGAR

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia decidiu, de acordo com a Lei nº 9.430/95, pagar juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) do exercício. O montante dos juros remuneratórios do capital calculado no valor de R\$ 2.483 foi contabilizado como despesa financeira conforme determina a legislação fiscal.

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	5.655	8.349
(-) Reserva legal	(283)	(417)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(578)	(1.115)
Lucro líquido a ser distribuído	4.794	6.817
Dividendos propostos pela Administração		
Dividendos	2.311	3.995
JSCP	2.483	2.822
(-) IRRF JSCP	(310)	(352)
Valor total dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	4.484	6.465

Não foram constituídos os dividendos mínimos obrigatórios, tendo em vista que o montante do JSCP foi superior a este valor. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 2015, não distribuído, no valor de R\$ 2.311 foi alocado na conta "dividendos adicionais propostos" no patrimônio líquido, em conformidade com a Resolução nº 1.195/09 do CFC, ITG 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, até que sua destinação seja aprovada por parte dos acionistas em Assembleia

Os JSCP foram provisionados de acordo com a participação de cada acionista no capital da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

2015			
Acionistas	Juros	IRRF	Líquido a pagar
Governo do Estado da Paraíba	423	-	423
Mitsui Gás e Energia Ltda.	1.030	155	875
Petrobras Gás S/A - Gaspetro	1.030	155	875
Total	2.483	310	2.173
2014			
Acionistas	Juros	IRRF	Líquido a pagar
Governo do Estado da Paraíba	480	-	480
Mitsui Gás e Energia Ltda.	1.171	176	995
Petrobras Gás S/A - Gaspetro	1.171	176	995
Total	2.822	352	2.470

17 DÉBITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E AQUISIÇÃO DE GÁS

	31/12/2015	31/12/2014
Conpel - Cia Nordestina de Papel	32	-
Petrobras Distribuidora S.A.	20	194
Clientes diversos	21	6
Total circulante:	73	200
Cipatex do Nordeste S.A.	1.129	691
Alpargatas S.A.	751	335
Cotemimas S.A.	56	128
Conpel - Cia Nordestina de Papel	103	-
Clientes diversos	22	83
Total não circulante:	2.061	1.237

18 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia em 31 de dezembro de 2015 mantém registrada provisão para perdas em processos de natureza cível o montante de R\$ 681, decorrentes do curso normal de suas operações.

A composição da provisão para passivos eventuais em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 está assim demonstrada:

	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhista	-	270
Cível	681	681
Total	681	951

A Administração da Companhia, baseada na posição de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perdas prováveis, conforme segue:

Natureza	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Cíveis (a)	681	-	681
Trabalhistas (b)		2.409	2.409
Total:	681	2.409	3.090

(a) Cíveis: A Companhia possui processo cível relativo à indenização por danos morais e materiais, no montante de R\$ 681. Baseados na opinião de seus assessores a Companhia efetuou a provisão deste montante considerado provável de perda.

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
0010927-57.2014.815.2001	21/03/2011	681

(b) Trabalhistas: A Companhia possui processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários (verbas rescisórias, férias, etc.), ou por responsabilidade subsidiária. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, até o período findo em 31 de dezembro de 2015 as ações são consideradas como perdas possíveis não havendo reconhecimento de valores de contingência até o momento.

A seguir a relação dos principais processos trabalhistas considerados como possíveis:



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
0097500-61.2013.5.13.0022	09/07/2013	70
0097501-46.2013.5.13.0022	25/08/2014	1.637
0012900-42.2014.5.13.0000	28/05/2014	100
0130203-34.2015.5.13.0003	09/02/2015	35
0130246-11.2015.5.13.0022	19/02/2015	35
0000292-37.2015.5.06.0011	10/03/2015	38
0130975-28.2015.5.13.0025	18/06/2015	200
0130402-81.2015.5.13.0027	01/07/2015	50
		<u>2.165</u>

(c) Tributárias: As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Não se encontra lavrado contra a Companhia nenhum auto de infração, nem indicação relacionada com os impostos federais, estaduais ou municipais. A movimentação da conta de provisão para passivos eventuais, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, está assim demonstrada:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	951	1.077
Provisões efetuadas	-	-
Pagamentos e/ou reversão efetuados	(270)	(126)
	<u>681</u>	<u>951</u>

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 53.089 (R\$ 51.974 em 31/12/2014), compostos por 1.506.548 (1.479.910 em 31/12/2014) ações sem valor nominal, sendo 502.184 (493.304 em 31/12/2014) ações ordinárias e 1.004.364 (986.606 em 31/12/2014) ações preferenciais, todas de classe única. O capital autorizado da Companhia é de 6.000.000 de ações.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2015 e 2014 pode ser demonstrada conforme quadro abaixo:

Acionista	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total de ações	Capital social 31/12/2015
		%		%		
Governo do Estado da Paraíba	256.114	51,0	-	-	256.114	9.025
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	123.035	24,5	502.182	50	625.217	22.032
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	123.035	24,5	502.182	50	625.217	22.032
Total	502.184	100	1.004.364	100	1.506.548	53.089

Acionista	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total de ações	Capital social 31/12/2014
		%		%		
Governo do Estado da Paraíba	251.586	51,0	-	-	251.586	8.836
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	120.859	24,5	493.303	50	614.162	21.569
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	120.859	24,5	493.303	50	614.162	21.569
Total	493.304	100	986.606	100	1.479.910	51.974

O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos acionistas. As ações preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia. O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

b. Reserva de lucros

(i) Reserva legal: É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, em conformidade com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. A destinação para essa reserva ocorre anualmente.

(ii) Reserva de incentivos fiscais: É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o art. 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

Para a PBGÁS, este valor refere-se ao incentivo para subvenção de investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com o benefício de redução de 75% do IRPJ sobre o Lucro da Exploração obtido pela Companhia conforme Laudo Constitutivo nº 0302/2006. O valor desta reserva deverá ser utilizado para futuro aumento de capital, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas na forma de dividendos.

20 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado no período de 12 (doze) meses em 2015 e 2014, relativas a operações com partes relacionadas, foram realizados em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

Transações	BR Distribuidora		Petrobras		Gaspetro		Mitsui		Estado da Paraíba	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Receita de vendas	11.616	11.693	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra de gás natural (*)	-	-	88.417	88.650	-	-	-	-	-	-
Contas a receber - Venda de gás natural	550	555	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito nas operações de aquisição de gás (*)	-	-	9.972	6.380	-	-	-	-	-	-
Fornecedor	-	-	4.896	5.105	-	-	-	-	-	-
Reembolso acionista	-	-	-	-	53	26	-	-	-	-
Dividendos/JSCP a pagar	-	-	-	-	876	995	876	995	422	480

(*) As compras de gás natural estão demonstradas líquidas de impostos

As transações de compra de gás natural estão garantidas através de contrato firmado entre a PBGÁS e a Petróleo Brasileiro S.A em 1º de abril de 2009, bem como nos aditamentos a este relativo, cuja quantidade de gás estabelecida é de 370.000 m³/dia a partir de março de 2014, conforme estabelecido em seu 6º aditamento.

21 RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2015	31/12/2014
Beneficiamento e distribuição de gás	165.430	167.066
(-) Impostos sobre faturamento		
ICMS	(29.912)	(28.762)
PIS	(2.730)	(2.757)
COFINS	(12.572)	(12.697)
(-) Devolução de Vendas	(2)	-
Receita líquida	<u>120.214</u>	<u>122.850</u>
Receita de Construção - CPC 17	6.007	8.456

22 CUSTOS DAS VENDAS

	31/12/2015	31/12/2014
Custo de gás natural (a)	(88.417)	(88.650)
Custo de distribuição	(1.653)	(2.007)
Custo de pessoal	(5.972)	(5.221)
Amortização	(7.530)	(7.751)
	<u>(103.572)</u>	<u>(103.629)</u>
Custo de Construção - CPC 17	6.007	8.456

(a) O custo do gás natural por segmento é dividido conforme abaixo:

	31/12/2015	31/12/2014
Gás automotivo	(24.813)	(23.134)
Gás combustível	(61.920)	(64.289)
Gás residencial	(709)	(471)
Gás comercial	(975)	(756)
	<u>(88.417)</u>	<u>(88.650)</u>

23 RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras		
Receita s/ aplicações financeiras	2.191	1.760
Juros/multas - Clientes	280	340
Outras receitas financeiras	243	1
	<u>2.714</u>	<u>2.101</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre capital próprio	(2.483)	(2.822)
Juros e multas	(33)	(29)
Despesas bancárias	(37)	(71)
Descontos concedidos	(28)	(26)
Outras despesas financeiras	(13)	(16)
(-) Reversão Juros sobre capital próprio	2.483	2.822
	<u>(111)</u>	<u>(142)</u>

24 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 26 de dezembro de 2006, foi expedido pela ADENE (Agência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste) o Laudo Constitutivo nº 0302/2006, que concedeu benefício fiscal de redução do imposto de renda e adicional não restituível, calculados com base no lucro da exploração, por um prazo de 10 anos da atividade de industrialização e distribuição de gás natural, na quantidade de 195.000.000 m³/ano. O percentual de redução é de 75% e a fruição do benefício terminará no ano-calendário de 2016.

O benefício fiscal concedido pela ADENE foi registrado no resultado da Companhia, integrando o lucro líquido do exercício. Este valor corresponde à isenção do imposto de renda incidente sobre lucro da exploração e contabilizado como reserva de lucros (Incentivo Fiscal) em seu montante integral, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízo contábil, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR).

A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

	31/12/2015		31/12/2014	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	6.210	6.210	9.389	9.389
Adições e exclusões permanentes				
Brindes e patrocínios	43	43	25	25
Provisões não dedutíveis	243	243	334	334
Reversão provisões	(497)	(497)	(332)	(332)
Reversão JSCP	(2.483)	(2.483)	(2.822)	(2.822)
(+/-). Outros	36	36	23	23
Total	3.552	3.552	6.617	6.617
Aliquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(864)	(320)	(1.630)	(596)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(-) Incentivo PAT	22	-	40	-
(+/-). Outros	29	-	31	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(813)	(320)	(1.559)	(596)
(-) Incentivos fiscais SUDENE	578	-	1.115	-
Imposto de renda e contribuição social	(235)	(320)	(444)	(596)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Recife, 05 de fevereiro de 2016.

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS - PBGÁS
João Pessoa - PB

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS - PBGÁS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS - PBGÁS é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS - PBGÁS, em 31 de dezembro de 2015, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração da companhia decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

25 LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	5.654	8.349
Total de ações ordinárias e preferenciais	1.506	1.480
Lucro/ação	3,75	5,64

26 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o período de 12 (doze) meses findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 1.091 (R\$ 1.182 em 31/12/2014), compostos de três executivos da diretoria e cinco conselheiros. O valor da remuneração é fixado conforme deliberação em Assembléia Geral.

27 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir riscos operacionais em valores considerados suficientes pela Administração para o período findo em dezembro de 2015, como segue:

Modalidade do seguro	cobertura
Seguro de Responsabilidade Civil - Operações	10.000
Seguro Incêndio de Redes - Risco Operacional	3.500
Seguro Incêndio - Escritórios/Almoxarifado	6.850
Seguro de Responsabilidade Civil - Administradores	5.000
Total Segurado	25.350

28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos, a não ser aqueles constantes das demonstrações financeiras, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas.

29 EVENTOS SUBSEQUENTES

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras será aprovada pela Administração da Companhia em reunião do dia 22 de fevereiro de 2016.

Lei 12.973/2014 (MP 627/2013)

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei 12.973, de 13 de maio de 2014 e regulamentada pelas Instruções Normativas RFB nº 1.515/2014, 1.492/2014 e nº 1.397/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.492, de 17 de setembro de 2014, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais, entre elas:

- (i) Integração da legislação tributária às normas societárias;
- (ii) Revogação do Regime Tributário de Transição - RTT; e
- (iii) Não incidência de IRPJ sobre dividendos distribuídos durante os anos calendários de 2008 a 2013.

Os dispositivos da Lei entraram em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014. A sua adoção antecipada para 2014 eliminava potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados ao pagamento de dividendos, correspondentes ao ano calendário de 2014. A Administração da Companhia, baseada em análise sobre os efeitos decorrentes da aplicação da referida lei, entendeu que não houve elevação de carga tributária em relação a legislação vigente e, com isso, não optou pela aplicação antecipada no exercício de 2014. A partir de janeiro de 2015, a Companhia adotou os dispositivos da referida Lei de forma automática. Não houve impacto no resultado do exercício de 2015 em consequência da adoção da referida Lei.

João Pessoa, 29 de janeiro de 2016.

George Ventura Morais
Diretor Presidente

David dos Santos Mouta
Diretor Administrativo Financeiro

Carlos Augusto de Vasconcelos
Diretor Técnico Comercial

Regina Maria Silva Guedes Soares
Contadora
CRC PB 007082/O-6

